

DESAFIOS À PERMANÊNCIA E AGENDAS DE ACOLHIMENTO NO MESTRADO PROFISSIONAL¹

<https://dx.doi.org/10.5902/2318133873675>

Karen Mariane Petry Welter Vieira²
Ana Carla Hollweg Powaczuk³

Resumo

Neste trabalho, enfocamos as condições de permanência de trabalhadores pesquisadores no âmbito da pós-graduação. Apresenta-se resultados de um estudo qualitativo narrativo de cunho sociocultural pelo qual se objetivou compreender os desafios envolvidos no percurso acadêmico na pós-graduação. Destacamos como desafios ao percurso formativo a sobreposição de tarefas no que tange à formação e as atividades laborais e distanciamento social ocasionado pela Covid-19. Como indicadores de permanência, identificamos a mobilização pessoal e social dos estudantes, bem como o perfil do programa voltado a trabalhadores. Neste sentido, destacamos a necessidade da consolidação de uma política de acolhimento capaz de impulsionar um conjunto de ações com vistas a fortalecer o percurso formativo.

Palavras-chave: permanência; acolhimento; pós-graduação; mestrado profissional.

DEFIANCE TO PERMANENCE AND ACCEPTANCE AGENDA IN PROFESSIONAL MASTER'S DEGREE

Abstract

The present study was focused to the permanence conditions of working-researchers, in the area of post-graduation - Professional Master's Degree. It was used a narrative qualitative study, concerning sociocultural aspects, that aimed to comprehend the defiance within the academic course, It was highlight that the challenges throughout the formative course as the overlapped chores referred to the formation and working activities, and the social withdraw caused by Covid-19. As permanence indicators, it was identified the personal and social mobilization of the researchers, and the program's profile focused on the working people. Thus, it was highlighted the necessity to consolidate an acceptance policy, capable of driving a range of actions to strengthen the formative course.

Key-words: permanence; welcoming program; post graduation; professional master's degree.

¹ A proposta de agenda de acolhimento está disponível em https://issuu.com/karenmariane/docs/agenda_de_acolhimento_para_pg.

² Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: karenpetryvieira@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9053-5775>.

³ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: apowaczuk@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7445-8602>.

Crerios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 30 de dezembro de 2022. Aceito em 10 de maio de 2023.



Introdução

As condições de permanência na educação superior constituem-se como um contexto emergente nas instituições de educação superior (Bolzan, 2016, Powaczuk, 2021), que tem desafiado a reconfiguração dos modos de pensar a gestão nas instituições de ensino superior. De acordo com Morosini (2014, p. 385) os contextos emergentes se caracterizam como “construções observadas em sociedades contemporâneas que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas”. Diante disso, os estudos e investigações vêm colocando em evidência a necessidade de identificar e compreender o que tem movido a educação superior no enfrentamento a esses tensionamentos.

As políticas institucionais, bem como os estudos e pesquisas acerca das condições de permanência na Educação Superior se dão com maior abrangência com enfoque na formação inicial (Alba, 2018; Bianchetti; Martins, 2018; Bombardelli, 2018; Santana, 2019). No contexto da formação lato e stricto sensu, os estudos são mais restritos, especialmente pela condição de grande parte dos sujeitos que se inserem nestes percursos já estarem em exercício profissional, ou se projetar condições melhores, em termos de autonomia (financeira, emocional, intelectual). Contudo, consideramos que essa condição presumida exige a análise acerca dos desafios de conciliar a vida pessoal e profissional dos estudantes que se inserem neste contexto.

Nesta perspectiva, insere-se o estudo desenvolvido que teve como foco os desafios e vulnerabilidades vivenciados por estudantes do Mestrado Profissional em seu percurso formativo, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Mobilizou-nos identificar e compreender as vulnerabilidades a serem superadas na permanência dos trabalhadores pesquisadores, com vistas a subsidiar a elaboração de uma agenda de acolhimento para a pós-graduação. Compreendemos por agenda de acolhimento na pós-graduação, as políticas institucionais com o direcionamento à permanência dos estudantes trabalhadores. Constitui-se a partir da projeção de um conjunto de ações e encaminhamentos com vista a fortalecer o percurso formativo dos profissionais que se inserem neste contexto acadêmico.

Consideramos que há vulnerabilidades presentes nestes lócus, tendo em vista que as condições sociais, culturais e políticas presentes em nossa sociedade também se evidenciam neste ambiente, revelando tensões e desafios ao percurso formativo dos profissionais. Compreendemos a vulnerabilidade social relacionada à capacidade material, simbólica de grupos ou individuais para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam, em especial no que se refere ao acesso, oportunidades educacionais, sociais, econômicas, culturais de uma determinada sociedade (Carneiro; Veiga, 2004; Janczura, 2012).

Nessa perspectiva, definimos como objetivos do estudo compreender as condições que vulnerabilizam a permanência e o êxito no percurso acadêmico do MP; identificar indicadores de permanência na pós-graduação; discutir sobre ações possíveis de compor uma agenda de acolhimento para os estudantes do MP.

As transformações emergentes impõem às IES a necessidade de compreender os impactos que esse novo contingente de estudantes ocasiona no cotidiano acadêmico. Torna-se necessário pensar novos modos de agir enquanto academia, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, a fim de acolher e oferecer uma formação de

qualidade e ajustada a esse novo contexto. Essa afirmação vem ao encontro do que expõe Bolzan, quando destaca que “novos desafios, atualizações e reconfigurações se fazem necessários para que a universidade e a escola básica sejam capazes de desenvolver processos formativos compatíveis com os novos sujeitos, em novos contextos, na contemporaneidade” (Bolzan, 2016, p. 9).

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino. Entendemos, assim, que a IES tem um importante papel no que diz respeito à permanência do estudante. Embora os estudos acerca da Educação Superior estejam em constante crescente, a acolhida e a permanência na pós-graduação, ainda, é um assunto pouco explorado. O relatório de auditoria n. 2019.002, que tratou da evasão e retenção discente na UFSM, direcionou sua análise aos índices de evasão na graduação, a qual no ano de 2017 foi de 17,44%. O relatório aponta, ainda, que o percentual de evasão geral da UFSM é inferior à média nacional, que varia de 20% a 30%. Destaca-se, neste sentido, que o enfoque nos cursos de pós-graduação, ainda não, é uma preocupação. No entanto, o fato desses estudantes serem sujeitos adultos, já graduados, não os torna autônomos e nem isentos de situações que vulnerabilizam a permanência no curso (Bianchetti; Martins, 2018).

Neste sentido, apresentamos o estudo desenvolvido como forma de dar visibilidade e fomentar o debate acerca dos desafios e vulnerabilidades que tensionam a permanência dos estudantes trabalhadores da pós-graduação, na perspectiva de construção e consolidação de uma política de acolhimento nos Programas de Pós-graduação capaz de impulsionar um conjunto de ações e encaminhamentos com vistas a fortalecer o percurso formativo dos profissionais que se inserem neste contexto.

Abordagem metodológica da pesquisa

O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa narrativa de cunho sociocultural. A pesquisa qualitativa tem em sua base a multiplicidade de ideias, abarcando a riqueza das relações sociais e exigindo um olhar sensível por parte do pesquisador, a fim de compreender os fatos ocorridos durante a pesquisa. De acordo com Chizzotti (1991) há, na abordagem qualitativa, uma relação dinâmica entre o sujeito e seu contexto, sendo o sujeito um observador, dotado de percepções e interpretações dos fenômenos observados, atribuindo-lhes significados de forma subjetiva.

O estudo foi realizado com estudantes trabalhadores do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da UFSM. O curso pertence ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, reconhecido pelo Ministério da Educação pela portaria n. 919, de 18 de agosto de 2016. Desde então, o curso tem recebido novos estudantes anualmente, possibilitando a formação continuada para professores da educação Básica e superior e técnicos administrativos da rede pública e privada de ensino de Santa Maria e região.

Desta forma, o estudo foi desenvolvido com 21 estudantes trabalhadores do referido programa, com ingresso no ano de 2019 e 2020, egressos e ativos do MP. No que se refere a sujeitos da investigação. O recorte proposto decorre na condição singular vivida

por este conjunto de pesquisadores, ao terem suas trajetórias atravessadas pela pandemia do Covid-19, haja vista a diversidade de demandas vividas pelos estudantes.

A investigação ocorreu em três etapas. A primeira etapa da investigação consistiu em um levantamento realizado através da resposta de formulários por parte dos estudantes, a fim de conhecermos a realidade de atuação profissional dos estudantes, bem como suas colocações acerca do tema desta pesquisa, como forma de subsidiar a segunda etapa da investigação, bem como balizar a construção do produto decorrente desta pesquisa.

Para a segunda etapa da pesquisa, tendo em vista o contexto instaurado devido à pandemia da Covid-19, foram utilizadas salas virtuais para realização de diálogos colaborativos com os estudantes do MP, possibilitando, assim, um espaço de diálogo, promovendo reflexão acerca do problema que embasa o estudo. Com a intenção de mobilizar os estudantes a pensarem sobre o percurso da sua pesquisa, foram realizados dois encontros, para os quais todo o grupo supracitado fora convidado a participar. No primeiro encontro os estudantes foram convidados a discutir acerca dos desafios e tensionamentos impostos durante o percurso acadêmico no MP. O segundo encontro foi norteado pelo questionamento: quais as condições que levaram à permanência no curso?

A proposição caracterizou-se como diálogos colaborativos pautados nas dimensões de Escuta, de Contextualização, de Experimentação e de Reelaboração (Arnout, 2019; Powaczuk, 2020; Powaczuk et al., 2021). Assim, a partir da Escuta, cada participante foi estimulado a refletir e expor ao grupo sua trajetória no MP, identificando os desafios e condições de permanência, trazendo à tona questões importantes acerca do percurso formativo. Esta dimensão vai além de apenas ouvir, é um momento que proporciona ao outro a possibilidade de reconhecer pontos em comum entre as experiências compartilhadas, relacionando com seu percurso para, assim, explorar novos tensionamentos e perspectivas.

Dessa forma, a dimensão de Escuta representa a disposição ao acolhimento e entendimento de questões e posicionamentos, possibilitando o levantamento de elementos importantes, como concepções, conquistas e possibilidades, num movimento de dialogicidade e empatia. (Powaczuk et al., 2021, p. 6).

A escuta, então, propicia a Contextualização, quando tudo o que ouvimos gera uma aproximação e correspondência com nossas histórias. Durante as rodas de conversa, os participantes da pesquisa puderam compreender a fala dos colegas, contextualizando em seu percurso a partir do que estava sendo relatado, de acordo com seu contexto social, que orienta sua compreensão. Nesta perspectiva, partindo das experiências singulares de cada participante dos encontros, a contextualização proporciona a compreensão das ideias e colabora com a valorização dos diferentes pontos de vista apresentados através da escuta, relacionando com sua realidade.

Assim, a partir da realização da Escuta e da Contextualização, de acordo com Arnout (2019), decorre a Experimentação. A partir das discussões propostas nos encontros, a Experimentação emerge, haja vista que os participantes experimentaram, através da escuta, as diferentes situações apresentadas pelos colegas, colocando-se no lugar do outro e experimentando diferentes realidades e possibilidades, o que foi evidenciado na fala de cada colaborador, ao pensar em formas de superação dos desafios e propostas para a agenda de acolhimento. A partir disso, ocorreu a

aproximação entre as experiências, uma vez que o relato dos colegas apresenta novas perspectivas a respeito de situações similares, possibilitando outras formas de compreensão, a partir das relações estabelecidas.

Por fim, a dimensão de Reelaboração, que surgiu como produto das reflexões realizadas e da disponibilidade do grupo em reconsiderar suas vivências e compartilhar saberes e fazeres. (Arnout, 2019). Os participantes da pesquisa puderam refletir acerca do que fora apontado pelos colegas e identificar indicadores de permanência, a partir do compartilhamento de experiências, haja vista que essa dimensão se baseia em possibilitar aos participantes que analisem e reconsiderem suas vivências para que o conhecimento já estabelecido possa ser transformado em algo novo.

A terceira fase da pesquisa contou com análise dos dados coletados no questionário e nos diálogos colaborativos. Inicialmente realizamos a transcrição dos encontros ocorridos e, posterior análise através de uma categorização simples, que é uma forma de classificar os elementos presentes em uma mensagem, a partir de determinados critérios. Segundo Gomes (2004, p. 70) “a palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série”.

Para esse processo inicial faz-se necessário a “leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias analíticas” (André, 2013, p. 101). Essas categorias originam-se das recorrências presentes nas narrativas e são as “ideias centrais presentes nos excertos narrativos de cada sujeito entrevistado” (Rosseto; Baptaglin; Fighera, 2014, p. 13). Após, as categorias serão reexaminadas a fim de identificar pontos comuns, de destaque, para que sejam reunidos e, caso necessário, realizada nova categorização. As categorias nos auxiliam com a organização das respostas encontradas, porém, André (2013, p. 101) alerta para o seguinte: a categorização por si só não esgota a análise. O pesquisador, essencialmente, precisa ir além, ultrapassar a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo ao que já se conhece sobre o assunto. Para isso terá que recorrer aos fundamentos teóricos do estudo e às pesquisas correlacionadas, estabelecer conexões e relações que lhe permitam apontar as descobertas, os achados do estudo.

A partir do procedimento de interpretação das narrativas “emerge a possibilidade da apresentação de tensões ou desafios que se consolidam ao longo das análises das narrativas socioculturais” (Rosseto; Baptaglin; Fighera, 2014, p. 15). Com base nas experiências compartilhadas nos questionários e nos diálogos colaborativos, elencamos três dimensões categoriais de análise: mobilização ao mestrado profissional, condições que vulnerabilizam e condições que oportunizam o êxito. Na primeira dimensão foi possível evidenciar as motivações dos trabalhadores na busca pela formação no MP. Na segunda dimensão categorial identificamos as condições de vulnerabilidade que se tornam desafios que podem obstaculizar o percurso formativo. Na última dimensão observamos as condições que possibilitam o êxito dos estudantes no que se refere a permanência e conclusão do curso. Dimensões evidenciadas estão explicitadas nos tópicos que seguem.

Estudante/pesquisador na pós-graduação

A pós-graduação, no Brasil, mais especificamente a modalidade de Mestrado profissional surge na década de 90, como nova demanda ao contexto das Instituições de Educação Superior, com vistas a qualificar profissionais com domínio das teorias e ampla visão prática da sua área de atuação. A portaria n. 47, de 1995, determinou a implantação de procedimentos de recomendação, acompanhamento e avaliação dos cursos de MP (Paixão; Bruni, 2013). O reconhecimento dos mestrados profissionais aconteceu em 1998, pela portaria n. 80, que apontou que essa modalidade de pós-graduação destaca o “aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística” (p. 1) e enfatizou a importância de formar profissionais capazes de produzir novas técnicas e processos (Brasil, 1998). Outro ponto importante aparece na portaria n. 17, de 2009, que apresenta amplas possibilidades, a partir dos diferentes produtos que podem orientar as pesquisas nos mestrados profissionais em educação. O documento mais atual que orienta o MP data de 2019. A portaria n. 60 regulamentou os mestrados e doutorados profissionais, apresentando seus objetivos, orientando acerca da submissão de novas propostas, corpo docente, os trabalhos de conclusão e o acompanhamento e avaliação dos programas (Brasil, 2019).

Embora seja uma modalidade relativamente nova, é notória a rápida expansão dos cursos de Mestrado Profissional, o que deve contribuir de forma efetiva na qualificação dos profissionais pesquisadores, tendo em vista que esta modalidade é voltada à aplicação do conhecimento em situações práticas. É nesse diferencial que está a relevância social do Mestrado Profissional, haja vista que a pesquisa desenvolvida é aplicada e implicada, contribuindo não apenas com a própria formação dos estudantes, mas com a transformação das dificuldades que se apresentam diariamente em seu contexto profissional.

O curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional tem direcionado seu trabalho formativo a

promover formação continuada aos profissionais da educação, no sentido de qualificar a sua atuação em processos de gestão administrativa, financeira e pedagógica das redes/sistemas e contextos educativos, considerando as políticas públicas da educação em inter-relações com os desafios educacionais da contemporaneidade. (UFSM, 2015, p. 23)

Organizado em duas linhas de pesquisa: LP 1 - Políticas e Gestão da Educação Básica e LP 2 - Gestão Pedagógica e Inovação na Educação Básica, o PPG/PM propõe “um conjunto de temas de estudo e reflexão a partir da investigação-ação inserida na educação básica em suas políticas públicas e processos de gestão educacional” (UFSM, 2015, p. 21) e tem seu currículo estruturado em 3 núcleos: Básico, Integrador e de Aprofundamento.

O núcleo básico propõe a formação de base, com foco no pensamento crítico-reflexivo e estudo acerca das relações administrativas, pedagógicas e financeiras que perpassam pela gestão educacional/escolar e políticas públicas. O Núcleo Integrador tem seu foco na articulação entre teoria e prática na pesquisa aplicada, com o intuito criar produtos qualificados, através da “pesquisa e da atuação/intervenção estratégica em diferentes âmbitos da gestão educacional e/ou escolar” (UFSM, 2015, p. 25). No núcleo

de aprofundamento, a oferta das disciplinas ocorre a partir de temáticas específicas das linhas de pesquisa a fim de enriquecer os trabalhos desenvolvidos pelos mestrandos. Além disso, os estudantes devem matricular-se nos Seminários de Orientação I e II, nos dois últimos semestres do curso, quando desenvolverão sua pesquisa, sob coordenação do seu professor orientador (UFSM, 2015).

A partir do percurso formativo proposto espera-se que o egresso tenha sua

atuação qualificada e inovadora em processos de gestão educacional e escolar, considerando as demandas as políticas públicas da educação, os princípios e mecanismos de democratização, a[re]construção e gestão do conhecimento, a gestão da aula, assim como a produção e a utilização de materiais/recursos educacionais no contexto das redes/sistemas e respectivos contextos educativos. (UFSM, 2015, p. 24)

Tais perspectivas de formação e desenvolvimento profissional na Educação Superior, especialmente, para buscar respostas para seus dilemas e desafios profissionais, vem ao encontro das narrativas dos participantes da pesquisa, quando afirmam os motivos que os impulsionaram pela busca do MP:

“O desejo de crescer profissionalmente, me qualificar, procurar novas condições, novas possibilidades profissionais, a partir do programa do curso do mestrado profissional.” (Gérbera, 2021)

“Eu sinto uma necessidade no meu contexto profissional e quero ajudar a sanar isso, é uma qualificação profissional porque eu penso num plano de carreira e é uma qualificação profissional, também, porque eu quero dar mais de mim, eu quero ser melhor naquilo que eu já faço.” (Gérbera, 2021)

“Pensava, sim, em ter uma qualificação, melhorar o meu currículo, sabe, vivenciar outras coisas, ter outras experiências, mas acima de tudo, assim, eu pensava na minha família, no sonho que a minha mãe sempre teve, porque ela estudou pouquíssimo, porque ela sempre quis que eu estudasse muito, muito, muito, muito, e ela ainda quer.” (Tulipa, 2021)

Importa considerar que a formação se configura como um processo em que os sujeitos realizam ou participam a fim de qualificar suas condições de exercer um trabalho, profissão. De acordo com Vaillant e Marcelo (2012, p. 25) “a formação é entendida como um processo que tende a desenvolver no adulto certas capacidades mais específicas com vistas a desempenhar um papel particular que implica em um conjunto definido de técnicas e tarefas”. Esse processo implica que o sujeito realize uma constante revisão e ressignificação das experiências e enfrentamentos em sua ação profissional.

A busca pela qualificação profissional vem acompanhada pelo desejo de crescimento social e econômico. A possibilidade de alcançar novos níveis no plano de carreira, ou conquistar emprego com salário melhor devido à titulação é um fator marcante na procura pelo MP, como podemos identificar nas narrativas: *“Que isso também me traga possibilidades de crescer profissionalmente, não apenas em qualificação, mas também em questões salariais”* (Gérbera, 2021); *“Eu uni duas questões, tanto a questão salarial quanto a questão desse sonho, e poder correr atrás do mestrado”*

(Lavanda, 2021); *“Eu preciso me qualificar até pra dar uma condição de vida melhor pra ele [filho] no futuro”* (Lavanda, 2021); *“Busca de qualificação, leituras, realização pessoal, melhora no salário”* (Peônia, 2021); *“Qualificação profissional e progressão na carreira de TAE”* (Cravo, 2021).

Nessa perspectiva, Dias Sobrinho (2013) destaca os aspectos sociais e econômicos envolvidos no ingresso e permanência dos estudantes, considerando que a obtenção de um diploma pode aumentar em 150% a renda do trabalhador. Da mesma forma, a obtenção de um título de Mestre possibilita a ascensão de cargos e salarial, o que faz com que muitas pessoas busquem essa qualificação. Já Tinto (2000) defende que a permanência do estudante na educação superior está associada à ao nível de expectativa do aluno, bem como à sua integração ao ambiente acadêmico e social. Dessa forma, quanto maiores as expectativas em relação à formação e carreira e maior sua integração no ambiente em que está inserido, as chances de evadir serão reduzidas.

Um sujeito motivado a aprender, buscando uma solução para alguma demanda específica, seja ela pessoal ou de cunho profissional, também encontra dificuldades ao ingressar nos programas de PG, visto que sua nova condição de pesquisador “exige novas habilidades comportamentais e intelectuais diferentes daquelas exigidas no estágio anterior” (Bianchetti; Martins, 2018, p. 9). Daí a importância de conhecer os fatores motivadores ao ingresso e permanência, bem como aqueles que obstaculizam o trajeto formativo, a fim de contribuir com a elaboração de programas que potencializam a permanência desses estudantes e que possam auxiliar no enfrentamento desses desafios. Carvalho e Araujo (2016) afirmam que “a escolha de permanecer na universidade é uma escolha pessoal, que implica a necessidade orgânica de superação dos entraves produzidas pela sua própria existência” (p. 118). Concluir o curso e obter o título almejado é significativo e de extrema importância para estes estudantes.

Neste sentido, observamos como elemento que impulsiona a busca pelo MP a realização pessoal. Muitos estudantes carregam consigo o sonho de acessar diversos níveis da Educação superior, bem como buscam realizar o desejo de familiares que almejam essa formação tal como segue: *“Eu sempre tive um sonho de fazer o mestrado.”* (Lavanda, 2021); *“Acima de tudo, assim, eu pensava na minha família, no sonho que a minha mãe sempre teve, porque ela estudou pouquíssimo, porque ela sempre quis que eu estudasse muito, muito, muito, muito, e ela ainda quer* (Tulipa, 2021); *“Uma realização pessoal, assim, realização de algo que eu queria muito”* (Gérbera, 2021)

Esse desejo pela realização pessoal e familiar atua como um agente impulsionador, haja vista que se trata de uma superação. O estudante, assim, é motivado pelo desejo de crescer, de poder usufruir de uma universidade pública, de levar para a família um título de mestre, já que, muitas vezes, são os primeiros de sua família que tem a oportunidade de acessar a educação superior, por serem contemplados por políticas governamentais que visam a democratização a educação. Contudo, o que eles enfrentam até que isso se estabeleça precisa ser discutido como uma problemática do campo da gestão educacional, possibilitando seu enfrentamento com vistas à conclusão com êxito dessa etapa formativa.

Vulnerabilidades na trajetória formativa

O termo vulnerabilidade é utilizado por diversas áreas de conhecimento e costuma ser atrelado a uma condição socioeconômica, remetendo à ideia de pessoas em situação de rua, escassez de alimentação, abandono e violência. Todas estas questões estão atreladas à vulnerabilidade, no entanto, é considerado vulnerável todo aquele que se encontra em situação desfavorável (Palavezzini; Alves, 2020).

Vislumbramos, no contexto universitário, demandas de vulnerabilidade social: estudantes que não tem condições de transporte, que não tem acesso a materiais, a rede de internet. E diversos são os programas que tem como objetivo atender a estes estudantes com a finalidade de dar suporte e minimizar os efeitos dessas demandas. Na UFSM, temos, por exemplo, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que coordena as atividades de cunho social e assistencial da Política de Assistência Estudantil desta instituição, com programas de bolsa e moradia estudantil e benefício socioeconômico. Pallavezzini e Alves (2020), ao analisar a vulnerabilidade no âmbito educacional, delimitam, como conceito para vulnerabilidade acadêmica,

aquela que se constitui, tendo em vista as particularidades específicas da vida acadêmica e do ensino superior: abrange os indivíduos, as famílias e os grupos sociais, com dificuldades e limitações tanto para acessar quanto para permanecer e concluir esse nível educacional. A vulnerabilidade educacional, em âmbito acadêmico, considera uma gama de fatores que dificultam, restringem ou impedem o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos no âmbito das instituições de ensino superior. (p. 7)

Entendemos, assim, que muitas situações de vulnerabilidade não são evidentes. São questões subjetivas, que envolvem diferentes situações e contextos, não tendo relação exclusiva à insuficiência de renda e que interferem diretamente na possibilidade de permanência e conclusão dos cursos. Como já exposto anteriormente, a expansão da educação superior é tida como um contexto emergente justamente pelo fato de trazer à universidade públicos tão heterogêneos, expostos a diferentes situações de vulnerabilidade (Carvalho; Araujo, 2016).

As situações de vulnerabilidade que se estabelecem no processo formativo podem ser relativas à condição social, cultural e econômica do sujeito, ocasionando, assim, oportunidades diferentes dentro de um mesmo contexto educacional, que resulta, muitas vezes, no abandono do curso. Tem-se, assim, a necessidade de pensar acerca das condições de permanência desses estudantes, que experienciam situações que os tornam vulneráveis.

Dentre as dificuldades encontradas por esses alunos, que podem provocar o abandono do curso, estão

a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, aprendizados nem sempre vivenciados pelos alunos de camadas mais populares. Sem contar os desafios advindos de uma situação financeira muitas vezes desfavorável, o que implica em dificuldades para compra de livros, deslocamento para congressos e eventos e atividades extraclasse. (Costa; Dias, 2015, p. 52)

Os autores ainda apontam que esse fenômeno abrange múltiplos fatores. Contudo, destacam que as dificuldades individuais podem ser superadas “na presença de um bom suporte institucional” (Costa; Dias, 2015, p. 54).

No MP, contexto desta pesquisa, mesmo sendo um curso de pós-graduação que tem como público-alvo sujeitos adultos, pesquisadores que estejam inseridos no mercado de trabalho, portanto providos de renda, é de extrema importância pensar nas condições de vulnerabilidade encontradas por estes estudantes. Nas Rodas de Conversa realizadas emergiram inúmeros obstáculos e desafios narrados pelos trabalhadores pesquisadores em seu percurso. Foram recorrentes as questões voltadas ao trabalho, a condição da mulher pesquisadora, questões relativas à pandemia da Covid-19, necessidade de maior orientação por parte do programa e questões pessoais, como condições que vulnerabilizam a trajetória da pesquisa.

Uma das recorrências, intensamente destacadas pelos participantes do estudo, diz respeito à necessidade de conciliar trabalho e estudo. Na expressão de Begônia, “é muito mais difícil para o trabalhador pós-graduando” (roda de conversa, 2021). Ainda, nas narrativas que seguem podemos perceber o quanto pode ser difícil essa conciliação:

Eu tinha que trocar turno na escola, dispensar os alunos pra recuperar aulas com eles em outros dias, integralmente, eu tinha que me deslocar, tem o custo da gasolina, eu tinha que ficar em algum lugar, o custo da alimentação. (Tulipa, diálogos colaborativos, 2021)

Então eu acho isso, sim, nós somos trabalhadores e trabalhadoras e aí temos todas as dificuldades, enfim, todas as questões que nos dificultam e vão nos dificultar que a gente acesse doutorados acadêmicos. (Begônia, diálogos colaborativos, 2021)

Quando eu me formo eu, imediatamente, vou pro mercado de trabalho. No mercado de trabalho, você entra, assim, numa rotina que te suga muito. (Tulipa, diálogos colaborativo, 2021)

Conciliar as leituras e estudos com os papéis de mãe, dona de casa, professora, bem como ter ficado afastada das leituras e no início foi bem difícil assimilar tudo. (Peônia, questionário, 2021)

Por ter 40 horas semanais como docente, o tempo para leituras e estudos fica comprometido. Penso que por se tratar de um mestrado profissional o prazo de 2 anos é pouco...pois conciliar o trabalho docente e os estudos e pesquisa tem sido um desafio constante. (Crisântemo, questionário, 2021)

Para o trabalhador pesquisador é desafiador conciliar uma jornada de trabalho e estudos e, ao longo desse percurso, é necessário realizar escolhas que podem restringir o tempo de interação e integração com o meio acadêmico social.

Ainda, encontra dificuldades para cumprir com a realização das atividades acadêmicas que gostaria, haja vista que dispõe de tempo reduzido para dedicar-se aos estudos e produção acadêmica, que fora agravado pelo isolamento social em decorrência da Covid-19. Os participantes da pesquisa em suas narrativas acerca das dificuldades enfrentadas:

“Essa falta de tempo também impactou, em função do que, da sobrecarga docente, da sobrecarga natural da pandemia.” (Hortênsia, 2021)

“Conciliar as leituras e estudos com os papéis de mãe, dona de casa, professora, bem como ter ficado afastada das leituras e no início foi bem difícil assimilar tudo.” (Peônia, 2021)

“Por ter 40 horas semanais como docente, o tempo para leituras e estudos fica comprometido. Penso que por se tratar de um mestrado profissional o prazo de 2 anos é pouco...pois conciliar o trabalho docente e os estudos e pesquisa tem sido um desafio constante.” (Crisântemo, 2021)

“Ter tempo para me dedicar exclusivamente à pesquisa e estudo do tema em questão.” (Rosa, 2021)

O tempo escasso para aprofundamento nas leituras e na pesquisa pode resultar em problemas no rendimento dos estudantes, haja vista que não conseguem dedicar-se com afinco a materiais complementares e produção acadêmica, o que acaba por desmotivá-los e obstaculizar a formação. O fato da rotina atravessada pela pandemia da Covid-19 se destacou como um desafio a ser enfrentado, haja vista que foi necessário a adaptação a uma nova forma de estudo e pesquisa.

“O trabalho de conclusão de curso, a questão da distância do orientador, todas essas coisas assim, o apresentar o trabalho online, no computador, tudo isso pra mim foi um processo muito sofrido.” (Tulipa, 2021)

“Esse espaço de diálogo que nós tínhamos, inclusive nós enquanto turma tínhamos isso lá no primeiro semestre, presencial, era muito bom, quando nós podíamos falar das nossas pesquisas e conversar a respeito disso... também nós perdemos com o ensino remoto. Perdemos um pouco desse espaço de diálogo, enquanto turma, nós enquanto grupo perdemos um pouco. E realmente eu acho que isso é algo que vem tensionar o nosso percurso, que nos causa algum problema, algum desconforto.” (Gérbera, 2021)

“O distanciamento da vivência em conversas e orientações presenciais. A demanda remota acaba causando um esgotamento e uma sensação de vazio social.” (Girassol, 2021)

Como observamos nas narrativas, a falta da interação presencial entre os colegas e a adaptação à educação remota e sua nova configuração tornaram-se uma desvantagem no desempenho acadêmico. A esse respeito, Freitas et al. (2022) ponderam que o distanciamento social provocado pela pandemia, somado à transição para o ensino remoto, ocasionou limitações para que os estudantes pudessem se desenvolver social, pessoal e profissionalmente.

Cabe destacar que, conforme dados do relatório da Plataforma Sucupira, o PPPG (2021), manteve as atividades de ensino, respeitando as particularidades dos docentes e discentes, pelo Regime de Exercícios Domiciliares Especiais.

No MP, todos os docentes e discentes aderiram às disciplinas ofertadas de modo remoto no primeiro semestre de 2020 e as aulas foram organizadas a partir de estudos domiciliares, por meio de plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem, bem como

com a realização de leituras, estudos dirigidos e trabalhos das disciplinas. Ainda no segundo semestre de 2020 foram organizados seminários com pesquisadores colaboradores locais, regionais, nacionais e internacionais oportunizando uma grande rede de colaboração e discussão acerca desse momento e suas implicações nos contextos educacionais.

No que tange às pesquisas em andamento, a UFSM adotou uma prorrogação coletiva de seis meses a todos os estudantes matriculados na pós-graduação, resultando em um tempo maior para qualificação e defesa dos trabalhos finais do curso. Ainda, foram realizadas adequações ao momento pandêmico, através de ajustes das abordagens metodológicas, quando possível, e as bancas de avaliação foram realizadas em plataformas virtuais, possibilitando aos estudantes que pudessem concluir essa etapa do processo formativo, mesmo em regime de estudos domiciliares. Contudo, mesmo diante das reorganizações realizadas, a ausência da presencialidade física, a possibilidade de frequentar a universidade foi sentida pelos estudantes, gerando dificuldades e tensionamentos à permanência.

Freitas et al. (2022) destacam como condições de desmotivação a falta de convívio com o grupo de colegas e amigos, o receio com os aspectos de saúde e o período estendido do distanciamento social, que podem atrapalhar o desempenho acadêmico, principalmente em se tratando de um processo de aprendizagem que exige autonomia por parte do estudante.

Consideramos que esta situação relaciona-se com a questão relativa ao gênero feminino e seus percursos na universidade, a qual foi intensificada no período pandêmico, quando a necessidade de isolamento social de toda família e a mulher precisou envolver-se em tarefas diversas em casa, para dar conta da maternidade, afazeres domésticos, trabalho e estudo, todos no mesmo ambiente.

As mulheres têm buscado novos espaços e ocupando novos cargos e condições, sendo que, atualmente, as universidades brasileiras registram a presença majoritária de um público feminino (Pereira; Nunes, 2018). Os participantes da pesquisa apresentaram, em suas narrativas, essas questões como desafios na jornada acadêmica: *“Eu tinha um bebê de quatro meses, eu tinha uma criança que dependia de mim também”* (Lavanda, 2021); *“Quantas pessoas deixam de estudar, ou chegam depois lá na universidade porque deixaram o filho crescer”* (Lavanda, 2021); *“Conciliar as leituras e estudos com os papéis de mãe, dona de casa, professora, bem como ter ficado afastada das leituras e no início foi bem difícil assimilar tudo”* (Peônia, 2021); *“As viagens, pois na época tinha um bebê de quatro meses e deixa-ló era desafiador”* (Lavanda, 2021).

Com o tempo limitado, é necessário pensar em estratégias para otimizar o pouco tempo que lhes resta para dar conta da rotina de estudos e trabalhos domésticos. Os participantes da pesquisa também relataram que sentiram dificuldades em obter informações a respeito do programa e de como esse acompanhamento e orientações são fundamentais para a trajetória.

“Tem um ponto bem interessante, que a Begônia falou, que nós temos na universidade programas que podem nos auxiliar e nós não temos conhecimento. Por exemplo: em relação à saúde mental, eu sei que nós temos como pedir um auxílio dentro da própria universidade, mas nós não sabemos como, não sabemos nem como ter acesso, enfim... são coisas

que eu penso que seriam bem importantes e eu vou lá no que tu falaste, Lavanda, no início do curso nós até tivemos uma apresentação, assim: “você precisam fazer tais disciplinas”, mas é um turbilhão de informações... naquela primeira reunião é um monte de coisa, a gente tá com vontade de começar e todo mundo muito ansioso, então um acompanhamento nesse sentido é muito importante, senão o orientador fica sobrecarregado.” (Gérbera, 2021)

Quando falamos do estudante de pós-graduação, o fato de ser um sujeito adulto não significa que tenha plenas condições de estar naquele ambiente, inserido em uma nova realidade que lhe coloca um conjunto de desafios. Rossetto (2013), menciona que essa situação é facilmente encontrada na etapa formativa da pós-graduação *stricto sensu*, haja vista a grande exigência do autogerenciamento durante esse processo, que busca levar o estudante a aprofundar seu conhecimento teórico a fim de elaborar argumentos que venham a sustentar sua pesquisa. Costa e Dias (2015), ressaltam que dentre as dificuldades encontradas nesse percurso, que podem provocar o abandono do curso, está a exigência de maior autonomia, em virtude da adaptação ao novo sistema de ensino.

No que se refere à relação do estudante com o professor orientador, fez-se presente, nas narrativas, a questão de poucas oportunidades de encontro, devido à sobrecarga de trabalho do professor e o quanto a relação com o professor é importante.

“Eu tenho notado os nossos orientadores muito sobrecarregados com esse trabalho em casa e com um monte de demandas que eles têm acumulado. Muitas vezes o nosso professor orientador não tem as pernas que ele gostaria pra nos dar a atenção que nossas pesquisas precisam.” (Tulipa, 2021)

Nessa perspectiva, percebe-se que o estudante precisa do auxílio de seu orientador e indicação do caminho a ser traçado, pois não necessariamente tem autonomia para fazê-lo sozinho. Importa considerar que autonomia implica a capacidade de auto-orientação de nossas ações frente aos diferentes aspectos da vida, considerando distintos níveis de exigências acerca da responsabilidade de encontrar respostas para a situação-problema apresentadas, dando conta tanto dos resultados como, essencialmente, de seu processo (Rossetto, 2013, p. 104).

Observamos que há inúmeros fatores que se tornam desafios a serem enfrentados pelos estudantes na sua trajetória formativa, bem como, inúmeras vezes, os colocam em situação de vulnerabilidade dentro desse contexto, ocasionando o abandono do curso. Nessa perspectiva, precisamos entender que os fatores que mobilizam ao MP são de extrema importância na superação desses desafios, devendo ser amplamente considerados na consolidação de agenda de acolhimento.

Agenda de acolhimento como ferramenta de acompanhamento acadêmico

Embora evasão e permanência sejam assuntos distintos, entendemos que não é possível tratarmos a seu respeito de forma independente, pois estão ligados em suas razões, sendo que os fatores de permanência devem ser potencializados a fim de evitar a evasão. Ao pesquisar acerca do tema evasão na educação superior, Cunha e Morosini (2013), sob a perspectiva de diversos autores, classificaram as causas de evasão dos estudantes, bem como medidas a serem tomadas pelas IES, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 -
Causas da evasão de estudantes da educação superior.

Causas pessoais	Causas institucionais	Causas gerais	Medidas para as IES
a) escolha inadequada da carreira acadêmica; b) falta de orientação vocacional; c) definição de curso de ingresso; d) fragilidade na escolha inicial; e) expectativas irrealistas sobre a carreira; f) falta de perspectivas de trabalho e, g) dificuldades pessoais na adaptação ou envolvimento com o curso escolhido.	a) localização da instituição; b) problemas estruturais no curso; c) ausência de laços afetivos com a instituição.	a) deficiências acumuladas na educação básica que levam a baixos resultados e repetidas reprovações em disciplinas; b) dificuldades em acompanhar o curso; c) opção por outros rumos; d) desmotivação; e) rebaixamento da auto-estima; f) razões econômicas (condições relacionadas ao trabalho e às condições financeiras).	a) atenção à formação inicial; b) apoio da assistência estudantil; c) investimento na formação continuada e no desenvolvimento profissional do corpo docente; d) construção da identidade profissional para orientar as escolhas

Fonte: Cunha; Morosini (2013).

Cunha e Morosini (2013), afirmam que o abandono na educação superior não tem apenas uma causa definida, mas costuma acontecer a partir de um conjunto de fatores, dentre os mencionados, e afirmam que “da parte das instituições de educação superior, precisam ser estabelecidas medidas para a minimização do fenômeno” (p. 88). Os autores, ainda, destacam que se faz necessário dimensionar o real problema da evasão e dificuldades à permanência, e não encarar esse desafio como algo natural das trajetórias acadêmicas:

Assim, pensar na permanência desses estudantes vai muito além de promover políticas que venham a diminuir as desigualdades socioeconômicas encontradas na universidade através de bolsas e programas de alimentação e moradia. Compreender os desafios enfrentados pelos estudantes, os fatores de evasão e de permanência é imprescindível para que as IES possam organizar seus modos de agir como espaço educativo, adequando-se à realidade dos estudantes e seu perfil (Bombardelli, 2018).

Nas narrativas dos participantes da pesquisa acerca de aspectos que auxiliam durante o percurso da pesquisa, fez-se presente o fato de o MP ser pensado e planejado para um perfil de alunos que são trabalhadores, o que acaba por promover a permanência desse público: “Nesse mestrado as aulas eram quinzenais, eu poderia organizar com meu bebê” (Lavanda, 2021); “Houve um planejamento do colegiado, algumas professoras nos falaram que iriam reorganizar os horários das disciplinas, justamente pensando no perfil do aluno que estava ingressando, que era um perfil de alunos vindos de outras cidades, de alunos que, nem todos

eram da rede pública, então não conseguiriam liberação muitas vezes pra estar na aula” (Lavanda, 2021); “Tem a organização também da coordenação do curso, do colegiado, pensando no perfil do aluno do mestrado profissional também é muito importante” (Gérbera, 2021); “O quanto o mestrado profissional, ainda, te dá a chance de tu conseguir conciliar. As aulas são quinzenais” (Lavanda, 2021).

As narrativas revelam situações alternativas a serem tomadas pelas IES no quadro supracitado. Entendemos que uma contrapartida institucional é de extrema importância no que diz respeito à permanência dos estudantes, principalmente na questão relacionada ao perfil do aluno, que precisa ser pensado quando do planejamento do curso, a fim de que seu público alvo tenha condições de acompanhar e realizar a trajetória proposta.

Nesta perspectiva, um aspecto indicado como condicionante da permanência é a possibilidade de liberação ou afastamento do trabalho, tendo em vista que possibilita que o trabalhador pesquisador consiga dedicar-se à ao preciso formativo:

“Pelo fato de nós sermos servidoras de universidades, então cada uma em uma função específica, mas com uma significativa autonomia sobre o seu trabalho.” (Begônia, 2021)

“Eu trabalho numa instituição pública, numa universidade, eles me dão a flexibilidade de ir até a aula.” (Lavanda, 2021)

“No meu caso, pessoal, as condições foram do trabalho, de te dar oportunidade de ir até as aulas e tu compensar depois de alguma forma dentro da instituição.” (Lavanda, 2021)

“E a questão do trabalho também, porque no mestrado acadêmico, a exigência de horas das aulas é muito maior do que no mestrado profissional, então a liberação que eu tinha no meu trabalho, ainda que fosse uma rede privada, eu tinha uma liberação pra estudar e isso era muito bom. Eram dois dias na semana, três dias, que nós tínhamos aula... dois dias e uma manhã, então era mais tranquilo de conseguir essa liberação do que se fosse um mestrado acadêmico, de repente eu precisaria de muito mais tempo, mais horas pra conseguir estudar, então isso também é importante, essa questão do mestrado profissional.” (Gérbera, 2021)

“A possibilidade de afastamento das atividades de trabalho devido ao direito de afastamento qualificação mestrado, que é um direito dos servidores públicos federais, pois permite concentrar esforços na pesquisa e nas demais atividades acadêmicas.” (Cravo, 2021)

Mesmo que a organização de oferta de disciplinas do MP seja pensada para esse perfil de aluno que é trabalhador, existe a necessidade de ausentar-se do trabalho em alguns turnos para participar das aulas. Para trabalhadores da rede pública de ensino, esse é um diferencial, já que é possível ausentar-se para qualificação profissional, viabilizando a permanência e conclusão do curso.

As relações sociais também são parte relevante no que diz respeito à permanência. A relação do estudante com o professor orientador, que perpassa o simples ato de orientação acadêmica, mas que se torna, também, um estímulo à continuidade na trajetória formativa.

“Acho que a minha orientadora, assim, condicionou a ter uma permanência no programa. E a minha orientadora abriu os caminhos pra mim no sentido de apoiar.” (Lavanda, 2021)

“É de extrema importância esse vínculo que a gente acaba tendo com o orientador, no sentido de que o orientador é além de um orientador. O apoio da minha orientadora no período em que eu pensei em desistir, que eu não sabia o que eu estava fazendo, estava perdida, só queria chorar, o apoio dela, o incentivo da minha orientadora, muitas vezes me fez ficar.” (Gérbera, 2021)

“Então, esse apoio do orientador, esse auxílio é muito mais do que nos orientar num trabalho acadêmico, eu acho que é estar conosco na caminhada, durante o percurso. É uma das coisas que me fez permanecer, foi esse apoio.” (Gérbera, 2021)

A relação do orientador com o orientando é uma relação de aprendizagem, mas principalmente no sentido de direcionar e respeitar o processo do aluno, com suas singularidades, incentivando a sua permanência e sugerindo o caminho a ser seguido.

Além disso, a relação com os grupos de colegas, sejam da turma do curso ou do grupo de pesquisa, é importante no sentido de oferecer apoio, troca de informações, auxílio e ideias no desenvolvimento da pesquisa.

“A gente sempre teve espaço no grupo de pesquisa pra trocar, pra falar acerca das nossas pesquisas, trocar informações, um ajudar o outro, e o quanto isso é importante.” (Gérbera, 2021)

“Foi muito bom estar com os colegas no grupo de pesquisa e poder compartilhar, assim, desses anseios também, como nós estamos fazendo aqui, agora, de saber que o meu colega também vive dificuldade, que o meu colega também está se apoiando nas coisas que eu estou, e quando eu não sei o que fazer o meu colega às vezes consegue me ajudar... como é bom também a gente ter esse apoio dos colegas, seja nas disciplinas, seja no grupo de pesquisa.” (Gérbera, 2021)

“A importância desse ensino colaborativo, de um colaborar com o outro, de um dar a mão pro outro e não deixar o outro cair.” (Lavanda, 2021)

“Compartilhamento de ideias, trocas, leituras, grupo de estudo, trabalho em grupos.” (Peônia, 2021)

“Troca de experiências em cursos e possibilidades de conhecer profissionais que pesquisam a mesma área.” (Girassol, 2021)

Nesse sentido, é necessário pensar em ações diversificadas, que contemplem as relações sociais, culturais e afetivas mais amplas, haja vista que há várias formas de perda de vínculos afetivos, sociais e de pertencimento e que podem se configurar como um obstáculo à permanência na ES.

Considera-se, por fim, importante uma atenção institucional para esses estudantes, promovendo programas que acolham suas demandas de vulnerabilidade e auxiliem na promoção da permanência, através do monitoramento e acompanhamento das condições de desenvolvimento e aprendizagem, em suas diferentes realidades. É necessário que a

IES desenvolva ações para integrar os estudantes no ambiente acadêmico, fornecendo apoio para as necessidades essenciais no que diz respeito a suas aprendizagens, além de promover o envolvimento com outros alunos e professores, favorecendo o sentimento de pertencimento e engajamento.

Considerações finais

Com base no estudo desenvolvido, observamos a permanência dos estudantes trabalhadores tensionada pelas mobilizações e condições que vulnerabilizam o percurso formativo. Nesse sentido, ressaltamos a importância dos programas de acolhimento aos alunos recém-ingressantes, considerando a expectativa desse público em relação às novas vivências e as dificuldades que podem encontrar nesse período adaptativo. Para além do período inicial de ingresso, entendemos que se faz necessário pensar e elaborar programas com vistas à permanência dos estudantes, haja vista que não há igualdade de condições para que os estudantes trabalhadores permaneçam na universidade.

A consolidação de uma política de acolhimento nos programas de pós-graduação é fundamental para impulsionar um conjunto de ações e encaminhamentos com vistas à fortalecer o percurso formativo dos profissionais que se inserem neste contexto acadêmico. Para tanto, apresentamos como proposta elementos capazes de compor uma agenda de acolhimento na pós-graduação, com o direcionamento à permanência dos trabalhadores pesquisadores.

Os espaços informais de trocas entre colegas são um importante elemento no percurso formativo, garantindo o êxito em diversos momentos do curso. Nessa perspectiva, é fundamental que sejam pensados espaços de convivência para os estudantes, nos quais possam se reunir para discutir acerca dos trabalhos em grupos e, assim, ajudarem-se durante a trajetória no curso. Esses espaços podem suprir as necessidades apontadas pelos participantes do estudo de manter uma rede de colaboração entre seus pares, a fim de que possam auxiliar nas informações referentes ao curso, bem como no que diz respeito ao andamento da pesquisa e às necessidades demandadas pelo contexto de cada um. Ainda, o acesso a informações sobre o programa e o trajeto a ser percorrido também consta como um ponto significativo para os participantes. Nesse mesmo viés, destaca-se a necessidade de encontros periódicos entre os discentes, para discutir acerca dos desafios e experiências no percurso da pesquisa, bem como as alternativas que vêm sendo utilizadas no enfrentamento a esses desafios. Esses encontros podem contar com a mediação de egressos, docentes e profissionais especializados em assuntos importantes a serem debatidos, conforme demanda apresentada pelo grupo.

Assim, guias, folhetos, sites com informações práticas acerca da PG, referentes às disciplinas, os prazos a serem cumpridos, requisitos para a qualificação e defesa do trabalho final, além de informações acerca da estrutura da UFSM são estratégias importantes de serem consideradas e incrementadas para a permanência dos estudantes. A sistematização de informações sanaria muitas dúvidas dos discentes, além de possibilitar que usufruam direitos dentro da Universidade que, muitas vezes, são desconhecidos, como no caso de acesso a serviços de suporte aos acadêmicos.

O conjunto de ações aqui destacadas constituem-se em possibilidades para uma agenda de acolhimento na pós-graduação contribuir para a permanência dos estudantes desses programas, favorecendo seu processo formativo.

Referências

ALBA, Fabio Dall. *Evasão acadêmica em uma instituição de ensino superior privada na Região Sul do Brasil: do diagnóstico à proposição de um programa de permanência*. 2018. São Leopoldo: Unisinos, 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? *Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v. 22, n. 40, 2013, p. 95-103.

ARNOUT, Cristina. *Formação continuada de professores: indicadores para uma política na rede municipal de Itaara*. Santa Maria: UFSM, 2019. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, 2012, p. 809-832.

BIANCHETTI, Lucídio; MARTINS, Francini Scheid. O discente da pós-graduação stricto sensu: desistências e resistências, induções externas e adoecimentos. Porto Alegre: Cidu, 2018, p. 1-14.

BOLZAN, Doris Pires Vargas. *Docência e processos formativos: estudantes e professores em contextos emergentes*. Projeto de pesquisa. Universal-MCTI/CNPq, n. 01, 2016. Santa Maria: UFSM, 2016.

BOLZAN, Dóris Pires Vargas. et al. *Tempos e espaços formativos: narrativas de acadêmicos de licenciaturas*. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13, 2017. Anais ... Rio de Janeiro: Campus Virtual Fiocruz, 2017.

BOLZAN, Dóris Pires Vargas. *Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos*. Mediação, 2002.

BOLZAN, Doris Pires Vargas, POWACZUK, Ana Carla H. Contextos emergentes e a reinvenção de si: desafios à cotidianidade da/na docência. In: BOLZAN, Doris Pires Vargas, POWACZUK, Ana Carla H. DALLA CORTE, Marilene Gabriel (org.). *Singularidades da formação e do desenvolvimento profissional docente: contextos emergentes na educação*. Porto Alegre: PUCRS, 2021, p. 51-74.

BOLZAN, Doris Pires Vargas, POWACZUK, Ana Carla H. Processos formativos nas licenciaturas: desafios da e na docência. *Roteiro*, Joaçaba, v. 42, n. 1, 2017, p. 107-132.

BOMBARDELLI, Juliana Oliveira. *Fatores de permanência do ingressante no ensino superior em uma universidade privada comunitária do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 2018. 204f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BRASIL. *Portaria Capes n. 80, de 16 de dezembro de 1998*: dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília: Capes, 1998.

- BRASIL. *Portaria n. 60, de 20 de março de 2019*: dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília: Capes, 2019.
- BRASIL. *Portaria normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009*: dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília: Capes, 2009.
- CARNEIRO, Carla Brozo Ladeira; VEIGA, Laura da. *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, 2004.
- CARVALHO, Rayana Andrade; ARAUJO, Edineide Jezine Mesquita. Permanência na educação superior: um peso, duas medidas. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 9, n. 1, 2016, p. 108-120.
- COSTA, Silvio Luiz; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 9, n. 17/18, 2015, p. 51-60.
- CUNHA, Emmanuel Ribeiro; MOROSINI, Marília Costa. Evasão na educação superior: uma temática em discussão. *Revista Cocar*, 2013.
- DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 18, n. 1, 2013, p. 107-126.
- FREITAS, Etiane de Oliveira et al. Autoavaliação de estudantes universitários sobre seu desempenho acadêmico durante a pandemia da covid-19. *Rev Gaúcha Enferm*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, 2022, p. 01-11.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A perspectiva vigotskiana e as tecnologias: educação: história da pedagogia - Lev Vigotski*. São Paulo: Segmento, 2010, p. 58-67.
- GOMES, Romeu et al. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 79-108.
- JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2012, p. 301-308.
- MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 19, 2014, p. 385-405.
- PAIXÃO, Roberto Brasileiro; BRUNI, Adriano Leal. Mestrados profissionais: características, especificidades, diferenças e relatos de sucesso. *Administração: ensino e pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2013, p. 279-310.
- PALAVEZZINI, Juliana; MORAES, Jolinda de Moraes. Vulnerabilidade educacional e vulnerabilidade acadêmica. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. e37292-e37292, 2020.
- POWACZUK, Ana Carla H. *Contextos emergentes à gestão pedagógica: desafios à docência em contextos de vulnerabilidade social*. Projeto de pesquisa - registro n. 053504. Santa Maria: UFSM, 2020.
- POWACZUK, Ana Carla Hollweg et al. As redes colaborativas como princípio da pesquisa e da formação. ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, 9, 2021. Anais ... Paraná: Universidad Nacional De Entre Ríos, 2021.

ROSSETO, Gislaine A. R. da Silva; BAPTAGLIN, Leila; FIGHERA, Adriana Claudia Martins. *Narrativas socioculturais: abordagem investigativa para as pesquisas em formação de professores*. ANPED SUL, 10, 2014. Anais ... Florianópolis: UFSC/Anped, 2014.

ROSSETTO, Gislaine da Silva. *Atividade de estudo e autonomia no processo de produção da pesquisa*. Santa Maria: UFSM, 2013. 271f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria.

SANTANA, Francirlene Belo Mendes. *Proposta de um modelo de gestão de permanência de alunos com base na avaliação dos dados de evasão de uma IES privada: um estudo de caso*. Manaus: Ufam, 2019. 50f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas.

TINTO, Vincent. Taking student retention seriously: rethinking the first year of college. *Nacada Journal*, Manhattan, v. 19, n. 2, 199, p. 5-9.

UFSM. *Projeto Pedagógico de Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional*. Santa Maria: UFSM, 2015.

VAILLANT ALCAIDE, Denise Elena; MARCELO GARCIA, Carlos. *Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem*. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal de Paraná, 2012.